

XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Sociologia Política

A “DANÇA DAS CADEIRAS” ESTÁ CIRCUNSCRITA À CÂMARA DOS DEPUTADOS? UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E DA ORIGEM SÓCIO OCUPACIONAL DOS ELEITOS AO SENADO FEDERAL, AOS GOVERNOS DOS ESTADOS E ÀS SUAS RESPECTIVAS CAPITAIS

Rafael Machado Madeira (PUCRS)¹
rafaelmachadomadeira@gmail.com
rafael.madeira@pucrs.br

Alison Ribeiro Centeno²
alison.centeno@acad.pucrs.br
alison.07@hotmail.com

Curitiba, 31 de julho a 3 de agosto de 2018.

¹ Pesquisador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da PUCRS.

² Bacharel em Ciências Econômicas (2015) e Mestre em Ciências Sociais (2018) pela PUCRS. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em eleições majoritárias e Senado Federal.

A “dança das cadeiras” está circunscrita à Câmara dos Deputados? Uma análise da evolução da fragmentação partidária e da origem sócio ocupacional dos eleitos ao Senado Federal, aos governos dos estados e às suas respectivas capitais

RESUMO: Os principais objetivos deste artigo são verificar: (1) Se a alta fragmentação da representação política identificada na Câmara dos Deputados ocorre também (e com o mesmo grau de intensidade) no Senado Federal, nos executivos estaduais e nas prefeituras das capitais dos estados; (2) se a fundação de novos partidos retirou dos “tradicionais” o controle sobre postos relevantes de poder nestes três níveis e, (3) se esta abertura de novos canais de competição político-partidária está abrindo espaço para políticos com origens sócio ocupacionais mais heterogêneas e/ou sem carreiras políticas consolidadas – conquistarem tais posições (os mais relevantes cargos eletivos). Para responder a estas questões, empreendeu-se uma análise da distribuição partidária de 53 governos e administrações subnacionais – 27 governos estaduais e 26 prefeituras de capitais, e as 81 cadeiras no Senado, totalizando 561 mandatos conquistados em doze eleições. Tal mapeamento permite comprovar que os cargos majoritários se encontraram ao longo dos anos de 1994 a 2016, fechados para um pequeno número de legendas “tradicionais” (PMDB, PSDB, PT e DEM).

Palavras-chave: eleições; partidos políticos; recrutamento político; carreiras políticas; *social background*.

I. INTRODUÇÃO

As questões que norteiam a presente análise têm inspiração na iniciativa de se mensurar o impacto que a criação de novas legendas teve para além do espaço representado pela Câmara dos Deputados. Busca-se responder às seguintes questões: O avanço dos “novos” partidos constitui-se em fenômeno circunscrito à Câmara dos Deputados, ou tais partidos estão tendo êxito em conquistar cargos eleitos mais relevantes? A origem sócio ocupacional e as carreiras dos eleitos por estas novas legendas são diferentes do perfil dos eleitos pelos partidos mais antigos?

Para responder a estas questões, foi examinado o grau de concentração da distribuição partidária de 53 governos e administrações subnacionais (27 governos estaduais e 26 prefeituras de capitais) e de 81 cadeiras do Senado. Após tal análise, mensurou-se o quanto o perfil dos eleitos pelos novos partidos se aproxima do perfil dos eleitos pelos partidos mais longevos, seja no quesito carreira política prévia, seja no exame da origem sócio ocupacional dos eleitos. De tal forma, comprovou-se que o Senado e os principais executivos subnacionais se encontraram acessíveis a um pequeno número de legendas (PMDB, PSDB, PT e DEM).

A análise focará exclusivamente no partido do candidato eleito e não na coligação. Mapeia-se assim a distribuição das forças partidárias ao longo de pouco mais de duas décadas entre 162 mandatos de Governador, 156 de Prefeito e 243 de Senador. Dada a faculdade da reeleição e o modo como o longo período de tempo estudado permite o trânsito por vários cargos, tratam-se de mandatos e não de indivíduos, podendo o mesmo político não apenas ter mais de um mandato no mesmo posto, como ter passado pelos cargos de Prefeito, Governador e Senador.

O artigo está dividido em duas seções após essa introdução, seguidas pelas considerações finais. Inicialmente, trata-se da divisão partidária dos mandatos do Executivo subnacional e das cadeiras do Senado Federal, passando pelo *social background* e a experiência política dos eleitos, concluindo com a comprovação da relevância das carreiras políticas solidificadas por mandatos eletivos, sejam nas tradicionais legendas, sejam nos novos partidos.

II. EXECUTIVOS SUBNACIONAIS E O SENADO ESTANCAM A SANGRIA DOS “GRANDES” PARTIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS?

Nesta seção, inicia-se a análise dos dados a partir dos governos estaduais, passando, a seguir, as administrações de capitais e finalizando a seção com o exame do Senado Federal. Evidencia-se, de imediato, o caráter fechado do acesso aos governos estaduais: PMDB e PSDB conquistaram quase metade dos governos estaduais (39 cada) e a terceira força (PT) alcançou 23 mandatos. A afirmação de Borges (2015) quanto aos aliados fiéis de tucanos e petistas (DEM e PSB) trocarem apoio eleitoral pela possibilidade de disputa de governos estaduais se confirma na análise de dados, já que os democratas e os pessebistas atingiram nada menos que 15 e 20 mandatos (respectivamente) nas unidades federativas. O termo ‘outros’ se refere aos partidos que obtiveram menos de cinco vitórias somadas para cargos executivo, e menos de dez vitórias somadas para o Senado. Dentre os pequenos e médios partidos, consideram-se aqui PRB, REDE, PR, PSOL, PSD e PROS como novos partidos (criados após 2005), e PSL, PSC, PPS, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV e PCdoB como antigos partidos.

TABELA 1 – VITÓRIAS DOS PARTIDOS EM DISPUTAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS ENTRE OS ANOS 1994-2014

	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Total
PP	3	2	0	1	0	1	7
PDT	2	1	1	2	0	2	8
PT	2	3	3	5	5	5	23
PMDB	9	6	5	7	5	7	39
DEM	2	6	4	1	2	0	15
PSB	2	2	4	3	6	3	20
PSDB	6	7	7	6	8	5	39
Outros⁴	1	0	3	2	1	4	11
Total	27	27	27	27	27	27	162

Fonte: TSE

A maioria dos partidos demonstrou uma razoável estabilidade em vitórias locais após 2002, sendo que PP, DEM e PMDB encolheram em relação aos números aferidos em 1994 e 1998; os dois primeiros chegaram a não ter nenhuma vitória para governos estaduais em pelo menos uma das duas últimas eleições do período. O PT cresceu pouco, mesmo tendo vencido quatro eleições consecutivas para a Presidência da República, enquanto que apesar das derrotas seguidas para os petistas, os tucanos mantiveram bom número de mandatos subnacionais. Ainda assim, o PSDB e o PSB foram os maiores prejudicados com o crescimento dos pequenos partidos em administrações estaduais.

No caso dos tucanos, as vitórias nos dois maiores colégios eleitorais brasileiros, não foi equiparada por nenhum partido. O PDT (junto ao PMDB) é o partido com maior

⁴ PCdoB, PMN, PPS, Pros, PSL, PSD e PTB.

grau de dispersão dos postos conquistados, com mandatos distribuídos pelas cinco regiões do Brasil. Contudo, o PDT nunca elegeu mais do que dois governadores numa mesma eleição. Diferentemente do DEM, que registrou vitórias concentradas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas perde espaço até não eleger nenhum Governador nas eleições de 2014.

A julgar pelo desempenho dos ‘pequenos’ partidos, os executivos estaduais permanecem como território cativo de poucos partidos políticos. Os seus desempenhos concentram-se na região Norte, devido a três eleições dessas legendas no Amazonas e em Roraima, além de duas vitórias na região Centro-Oeste, mais especificamente no Mato Grosso. É digno de nota que nas eleições de 2014, os pequenos partidos obtiveram o seu melhor desempenho. Se isto é o início de um padrão crescente de fragmentação, ou se tal processo será revertido e o aumento em 2014 é apenas um ponto fora da curva (como parece ter sido o crescimento identificado em 2002, e a imediata redução em 2006) somente análises futuras poderão identificar.

Até 2006, as ‘magras’ vitórias dos pequenos partidos eram exclusivamente do PPS e do PSL, o primeiro teve suas quatro conquistas para governos estaduais nos anos de 2002 e 2006, não elegendendo nenhum Governador até o fim do período em estudo. O último obteve sua única vitória majoritária em Roraima no ano de 2002. Somando-se a essas duas agremiações, o PMN fez um Governo em 2010, assim como o PCdoB em 2014; nesse mesmo ano, os “novos” PROS (um eleito) e PSD (duas vitórias para Governador) também aumentaram a participação das pequenas legendas no grupo de chefes de Executivo.

TABELA 2 – VITÓRIAS DOS PARTIDOS EM DISPUTAS PELAS PREFEITURAS DE CAPITAIS ENTRE OS ANOS DE 1996 E 2016

	1996	2000	2004	2008	2012	2016	Total
PP	4	1	0	1	2	1	9
PT	2	6	9	6	4	1	28
PDT	3	2	3	1	3	3	15
PTB	1	1	2	2	0	0	6
PMDB	5	4	2	6	2	4	23
DEM	4	2	0	1	2	1	10
PSB	3	4	3	3	5	1	19
PSDB	4	4	5	4	4	7	28
Outros⁵	0	2	2	2	4	8	18
Total	26	26	26	26	26	26	156

Fonte: TSE

Os dados do controle sobre as capitais dos estados atestam, em comparação com os dados referentes aos governos estaduais, um avanço significativo da fragmentação do controle sobre o executivo das capitais. Tal fragmentação é impulsionada pela maior presença relativa dos médios partidos (PP, PTB, PDT e DEM), em detrimento aos ‘quatro

⁵ PCdoB, PHS, PMN, PPS, PR, PRB, PSD, PSOL, PTC, PV e Rede.

grandes' no âmbito estadual no período analisado: PSB, PT e principalmente PMDB e PSDB. A dispersão do PDT em termos de governos estaduais não se repetiu nas capitais administradas pela sigla, que fez quase o dobro de prefeitos em relação ao de governadores, enquanto que os pessebistas tiveram quase o mesmo número de mandatários estaduais e municipais, diferentemente do DEM, com um terço a menos de prefeitos que governadores.

A concentração encontrada nos executivos municipais não é tão próxima a dos estaduais: PT e PSDB predominaram no número de prefeitos, mas a maior difusão partidária nas capitais faz com que para se somar metade dos mandatos eletivos se agregue outro soberano nas disputas estaduais, o PMDB, já demonstrando menor concentração nas capitais, ainda que prevaleçam aqui os grandes partidos.

Os 'outros' partidos começaram a vencer nas capitais brasileiras a partir de 2000, com apenas uma vitória na região Norte, estagnando ao longo das duas eleições subsequentes, dando um salto de participação na distribuição dos partidos ao redor do País em 2012 (quando se fazem presente em quase todas as regiões brasileiras), mas ganhando terreno mesmo em 2016, vencendo nas cinco regiões e principalmente em prefeituras do Sudeste brasileiro: Belo Horizonte – MG e Rio de Janeiro – RJ deram ao PRB e ao PHS seus primeiros prefeitos de capitais eleitos na história desses partidos. Chama atenção neste processo, portanto, a presença dos pequenos e/ou recentes partidos, que possuem (no período) um desempenho 61,11% maior no controle sobre capitais estaduais em comparação com os governos dos estados, e que terminam o período no controle de oito capitais (em contraste com apenas quatro governos estaduais).

Esse vertiginoso crescimento das pequenas agremiações nas prefeituras das capitais pode ser melhor sintetizado: de todos os pequenos partidos aqui trabalhados, em 2012 e 2016, com exceção de PR e PV, novos partidos (PRB, REDE, PSOL e PSD) e velhos partidos (PPS, PHS, PMN, PTC, PV e PCdoB) elegeram pelo menos um Prefeito de capital nos últimos anos em estudo. Se até 2000 nenhum pequeno partido havia feito alguma Prefeitura, quando o extinto PL (que posteriormente a fusão com o PRONA, tornou-se o PR) fez uma administração, esse número avançou para apenas dois prefeitos pelo PPS em 2004. Ainda em 2008, somente os velhos pequenos partidos – PCdoB e PV elegeram partidários nas capitais (um, cada).

Quando esse número dobra em 2012, velhos e novos pequenos partidos dividem os quatro mandatários eleitos – PPS e PTC, junto de PSOL e PSD. O recrudescimento dos 'outros' partidos, faz com que desde 2008 o número de prefeitos dessas legendas dobre a cada quatro anos, atingindo o ápice na última eleição em estudo, com oito prefeitos eleitos pelas pequenas legendas, quatro pelos novos partidos (dois partidários do PSD, um da REDE e outro do PRB) e outros quatro pelas pequenas velhas agremiações (distribuídos

uniformemente entre PPS, PHS, PMN e PCdoB). Logo, o crescimento dos pequenos partidos nas prefeituras advém do ganho de terreno conjunto de velhas e novas agremiações.

Mais relevante do que o desempenho no agregado do período em tela é o avanço desse grupo nas três últimas eleições. Tais dados demonstram que esta fragmentação se constitui em aspecto recente, porém muito intenso, e passa a incidir sobre a ocupação das prefeituras no período imediatamente posterior à proibição da migração partidária. Neste contexto, a única agremiação que obtém êxito em manter presença constante (e inclusive aumentá-la) ao final do período é o PSDB. Mesmo o pragmático, hábil e maleável PMDB não foi capaz de manter nas prefeituras das capitais estaduais o desempenho identificado nos governos dos estados. O pleito de 2016 parece ser uma eleição crítica dados os recuos significativos de praticamente todas as legendas que se destacam no controle sobre governos estaduais.

A cada eleição para o Senado, alternativamente, dispõe-se de uma ou duas das três vagas por estado na Casa da Federação. Se em uma eleição são renovados 2/3 da Casa, como nos anos de 1994, 2002 e 2010, quando foram eleitos 54 Senadores, subsequentemente, 1/3 das vagas (27 senadores) são renovadas na eleição seguinte, caso dos anos de 1998, 2006 e 2014. Assim, cada Senador tem um mandato de oito anos. Considerando o maior número de mandatos, os partidos que serão tratados como 'outros' possuem menos de dez Senadores eleitos ao longo das duas décadas, cada.

TABELA 3 – VITÓRIAS DOS PARTIDOS EM DISPUTAS PELAS CADEIRAS NO SENADO FEDERAL ENTRE OS ANOS 1994-2014

PARTIDO	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Total
PP	6	2	0	1	4	1	14
PDT	5	0	4	1	2	4	16
PT	4	3	10	2	11	2	32
PTB	3	0	3	3	1	2	12
PMDB	14	11	9	4	14	5	57
DEM	11	5	15	6	2	3	42
PSB	1	1	3	1	4	2	12
PSDB	8	5	8	5	6	5	37
Outros⁷	2	0	2	4	10	3	21
Total	54	27	54	27	54	27	243

Fonte: TSE

Diferentemente do predomínio de PMDB e PSDB nas disputas estaduais e da mesma dupla de partidos junto do PT nas capitais, na única disputa majoritária do Legislativo o DEM se sobrepõe ao PT, apesar de seu fraco e decrescente desempenho nas disputas pelos governos estaduais e administrações de capitais. A capacidade do partido de se manter relevante durante a primeira metade do período em análise fez com que os democratas se sagraassem os grandes vencedores das eleições de 2002 e 2006.

⁷ PCdoB, PMN, PPS, PR, PRB, PRTB, PSC, PSD e PSOL.

O PT logrou vitórias que se alternaram com fracos desempenhos ao concorrer pela representação federativa no Congresso simultaneamente a suas quatro ininterruptas vitórias na Presidência da República; com exceção de 2014, as vitórias dos petistas só foram significativas em eleições onde houveram duas cadeiras em disputa. Já no último ano, o PT fez menos senadores que os pequenos ('outros') partidos somados, voltando ao seu desempenho de 2006. O principal adversário do PT na corrida pelo Planalto nunca fez menos do que cinco Senadores em todas as eleições do íterim. Ainda que as somas totais de Senadores dos partidos sejam de 32 petistas e 37 tucanos entre 1994 e 2014, a atuação tucana foi mais constante.

Contudo, nenhum desses desempenhos se aproxima do PMDB; o Senado Federal pode ser considerado não apenas a Casa da Federação, mas também a 'casa do PMDB', onde o partido elegeu quase $\frac{1}{4}$ dos Senadores do período (ligeiramente maior que sua própria performance nos governos estaduais). Somados, PMDB, DEM e PSDB chegam a 56% do Senado Federal durante as duas décadas em análise; acrescidos do PT, beiram os 70% dos componentes eleitos das legislaturas do 'equilíbrio nacional'.

É isso que também faz com que a fragmentação no Senado seja próxima a encontrada nas prefeituras das capitais, onde PP, PTB e PDT, também tiveram uma razoável participação. Mesmo não tendo obtido nenhuma vitória em 2002 e tendo saído de seis Senadores eleitos em 1994 para um em 2006 e outro em 2014, o PP alcançou quatro vitórias estaduais na disputa majoritária pelo Legislativo em 2010; enquanto isso o PTB conseguiu sucessos magros, ainda que constantes desde 2002.

As grandes surpresas advieram do PDT, do PSB e dos 'outros'. O PSB, que teve uma boa performance nas eleições para os governos estaduais – integrando os 'quatro grandes', não conseguiu semelhante façanha para o Senado Federal, quando, em ocasiões há dupla chance de vitória na mesma eleição por estado. Já o PDT fez o dobro de senadores do que de governadores, quando só na última eleição do período fez quatro cadeiras, em um ano em que apenas 27 vagas estavam em jogo. As pequenas legendas, além de apresentarem um crescimento anterior no Senado em relação a suas vitórias para o Executivo estadual, superaram o desempenho próprio desse conjunto até mesmo em relação as disputas das capitais.

Reforça-se de antemão, que os mesmos fatores recentemente citados sobre as vagas duplas por Unidade da Federação e a vitória por maioria simples, também explicam o crescimento dessas pequenas agremiações. Porém, já em 2006 as pequenas legendas fizeram o dobro (4) de assentos no Senado do que de conquistas para os cargos de Governador; e em 2010 (ano de eleição para duas cadeiras) os pequenos partidos chegaram a consideráveis dez cadeiras conquistadas.

Nas eleições de 1994 e 2002, apenas o PPS e o antigo PL haviam eleito senadores, quando todos os demais pequenos partidos não obtiveram sucesso nas disputas na representação estadual. Em 2006, esses números ainda foram modestos, mas os pequenos partidos agora em referência elegeram mais um Senador cada, sendo também bem-sucedidos o PRTB e o PCdoB. Oito anos depois, o PPS já não elegeu nenhum político para a Casa da Federação, ao passo que o PR fez um dos três senadores eleitos por pequenas legendas em 2014, junto de dois pelo também novo partido: PSD.

Isso mostra que em 20 anos (1994-2014), nas eleições onde há apenas uma cadeira em disputa, as pequenas legendas sofrem assim como o PT, de uma redução na sua capacidade de alçar políticos ao Senado Federal. Nas eleições de 2010 as pequenas legendas foram protagonizadas pelo PR – que em sua eleição de estreia no Senado, elegeu quatro parlamentares – junto de PRB, PSC, PPS, PMN, PSOL e PCdoB, que elegeram um Senador, cada. O desempenho do PR foi sem igual, fazendo com que no Senado essa legenda tenha uma performance incomparável entre os partidos de semelhante magnitude, sejam prévios ou posteriores a 2005.

Pode-se, aqui, responder a algumas das questões que motivaram tal pesquisa. A primeira diz respeito a quanto esta proliferação de legendas com acesso à Câmara dos Deputados impactou na disputa eleitoral e na capacidade dos partidos “tradicionais” de manterem o controle sobre os postos aqui examinados. Apenas os três maiores partidos controlaram mais da metade dos postos examinados: 306 (54,5% do universo em questão). Agregando-se a este grupo PSB e DEM, chega-se ao montante de 424 mandatos (75,5%). Por fim, no agregado, PMDB, PSDB, PT, DEM, PSB, PTB, PP, PDT, PPS e PC do B controlaram nada menos que 94% dos postos analisados (527 em um universo de 561 postos), o que permite afirmar que governos estaduais, prefeituras de capitais e postos ao Senado Federal continuam sob o controle destas legendas (apesar do ganho de terreno nas últimas eleições). A fundação de novas legendas não retirou (pelo menos, não ainda) das “tradicionais” o seu protagonismo nas disputas em questão neste artigo.

III. ORIGEM SOCIAL E CARREIRA PRÉVIA DOS ELEITOS: VELHAS RAPOSAS EM NOVAS LEGENDAS?

O intuito de analisar as carreiras progressas esbarra, muitas vezes, nas dificuldades de obter informações sobre muitos políticos⁸. O site oficial do Senado Federal dedica na página de cada Senador um espaço para suas biografias sintetizadas, dificilmente havendo alguma incompleta, listando as formações educacionais e profissões fora do meio político exercidas pelos que chegaram a Casa da Federação. Contudo, mesmo as biografias expandidas do CPDOC carecem de dados importantes de muitos políticos. Quanto menor a

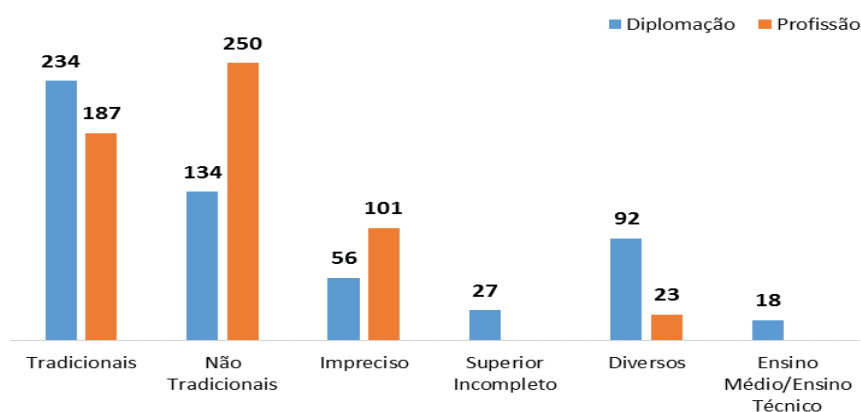
⁸ Sobre este aspecto, ver Codato e Heinz (2015).

projeção do cargo, mais difícil se torna encontrar dados sobre as carreiras desses mandatários e o *social background* dos mesmos.

O termo 'impreciso' foi utilizado para classificar as profissões, diplomações e as experiências no Executivo e no Legislativo dos políticos que não continham biografias ou quando essas se mostravam inconclusivas quanto ao *social background* e a carreira dos mesmos. Os políticos que tinham mais de uma profissão ou mais de uma formação, as tiveram classificadas como 'diversos' ou 'diversas'.

Aqueles que tinham várias titulações na mesma área, as tiveram classificadas com a diplomação de origem, a fim de reconhecer a linearidade da formação e não os misturar com os que tinham diplomas em ramos distintos⁹. Na análise que segue, considera-se como ocupações profissionais que se constituem como "viveiros" típicos de recrutamento de elites políticas as seguintes atividades: advogado, empresário, médico e ruralista (pecuária e agricultura). No que diz respeito ao ensino superior, considera-se como formações que possuem um histórico de maior frequência dentre os detentores de mandatos eletivos os seguintes cursos superiores: Direito, Medicina e engenharias. É necessário alertar o leitor para o fato de que em ambas as análises, o percentual de casos em que a ocupação ou a titulação não foram encontradas é significativo.

GRÁFICO 1 – CARACTERÍSTICAS DAS DIPLOMAÇÕES E PROFISSÕES DOS POLÍTICOS ELEITOS



FONTE: Senado Federal; CPDOC; Câmara dos Deputados, governos estaduais e prefeituras municipais

Ressalva-se, que como o Senado Federal é o posto que mais contém políticos eleitos durante o intervalo, combinado com o fato de que as biografias dos senadores são mais completas, dificilmente existirá uma forte diferença entre o perfil de profissões e titulações em um mesmo partido; por outro lado, como muitos políticos não exercem profissão na área de diplomação (CENTENO, 2018) – o que se ilustra no grande

⁹ Por exemplo: um político formado em Direito, que tenha especialização e/ou Mestrado e Doutorado na área, teve a diplomação rotulada como Direito. Ao contrário de um político com dois (ou mais) diplomas: Economia e Engenharia. Tal político teve a sua titulação classificada como Diversas.

descompasso no volume de diplomações tradicionais e profissões tradicionais vistos no gráfico 1 – esse breve empreendimento tende a contribuir com o debate até aqui proposto, de criar um compêndio do recrutamento dos partidos políticos para os postos majoritários.

Dentre o universo de prefeitos de capitais os ‘imprecisos’ predominaram no *social background* dos chefes de administração local. Esses foram seguidos pelos professores universitários – sobretudo pelo PT, que fez 12 dos 19 mandatos de Prefeito dos profissionais do ensino superior; os demais acadêmicos estavam distribuídos entre PDT, PTB, PSB e PSDB. Esse número do PT é quase metade dos 28 mandatos de Prefeito conquistados pelo partido, carimbando essa profissão como importante campo de recrutamento da agremiação. Outros professores (sem especificação do nível de ensino) também foram encontrados no PMDB, PPS e PSDB. Já nos mandatos estaduais, esses profissionais se encontraram mais em mandatos do PSDB (4), caindo para dois mandatos pelo PT e dois pelo PSB. A profissão mais recorrente no PT para os governos estaduais foi de bancário, englobando os quatro mandatos por esses profissionais auferidos para o controle das unidades federativas.

Os médicos que foram eleitos governadores, tiveram mandatos principalmente pelas legendas: PMDB (4), PT (3) e PSDB (3). Já os médicos que chegaram as prefeituras, estiveram melhor distribuídos pelos partidos políticos: dos 14 mandatos conquistados por médicos, quatro foram pelo PMDB e pelo PSB, dois pelos tucanos e pelo PPS, um no PDT e no PP. Esses dois últimos partidos somam metade dos dez mandatos de Prefeito alcançados por políticos que tinham ‘diversas’ profissões, junto de outros dois do DEM e o demais três no PMDB, PSB e PSDB. Entre os governadores, esses últimos quatro partidos somam quase a totalidade dos 13 mandatos conquistados por políticos de semelhante característica profissional.

Chama atenção como advogados e empresários, profissões tão características do Senado Federal (COSTA, COSTA e NUNES, 2014) e, como brevemente será explanado, também relevantes nos governos estaduais, tardam a figurar na lista de profissões mais recorrentes nas prefeituras. Aliás, os empresários se mostraram com uma pequena diferença em sua distribuição, onde haviam 3 no PMDB e surpreendentes 3 no PTB (metade dos prefeitos de capitais eleitos pelo partido) – o único mandato de governador pela legenda também foi conquistado por um empresário. Historicamente essa profissão se mostra mais característica dos peemedebistas e tucanos (COSTA e CODATO, 2012) no Parlamento. Porém, curiosamente, dentre os empresários que chegaram aos governos estaduais, nenhum era peemedebista. Estavam sobretudo no DEM, PSDB, PPS e PP.

Já os advogados que chegaram as prefeituras, alcançaram o paço municipal em sua totalidade pelos seguintes partidos: PMDB (3), PT e DEM (2, cada), e PSDB (1). Contrariamente, esses profissionais que estavam bem distribuídos entre os partidos nas

capitais, tinham quase metade dos seus mandatos de governadores alcançados através do PMDB (7 de 15), com outros quatro pelo PSDB. Tucanos e peemedebistas foram, separadamente, 'abrigo' de profissões que não pareceram de forte recrutamento entre as demais legendas: todos os sete mandatos de governadores com passagem pelo jornalismo eram do PMDB, enquanto que cinco dos sete mandatos de engenheiros civis foram auferidos sob o PSDB. Aqueles que não especificaram qual segmento das engenharias que atuavam estavam melhor distribuídos pelas legendas: seis dos nove estavam igualmente divididos entre PT, PMDB e DEM.

Ainda sobre o PSDB, diante da imprecisão das informações encontradas, treze mandatos de seus prefeitos não puderam ser classificados com uma profissão clara. Caso análogo ao dos pequenos partidos ('outros'), onde também imperaram os 'imprecisos', seguidos por dois mandatos obtidos por médicos, um por servidor público, um por militar e um por engenheiro, profissão também encontrada no PDT. Reforça-se a divisão feita entre os pequenos partidos – novos (PRB, REDE, PR, PSOL, PSD e PROS) que foram criados após 2005 e os velhos partidos (PSL, PSC, PPS, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV e PCdoB).

Essa separação reforça o caráter do recrutamento: os de profissões tabuladas como 'imprecisos' eram majoritariamente das novas pequenas legendas, sendo a totalidade dos prefeitos do PSD, da REDE e do PSOL, algo que não foge da realidade dos velhos pequenos partidos – PCdoB, PV e PTC. Dentre essas legendas mais antigas, os dois mandatos de médicos foram conquistados através do PPS, enquanto que o servidor público era filiado ao PTC e o único mandato do PHS para Prefeitura era de um empresário. Entre os novos partidos, o militar eleito Prefeito era filiado ao PR, ao passo que o mandato solo de Prefeito do PRB foi conquistado por um engenheiro.

Os mandatos estaduais das pequenas legendas advieram de profissões mais 'identificáveis', especialmente de quatro mandatos de empresários e dois mandatos de engenheiros. Dos de empresários, três foram pelo PPS e um pelo PSD – que também alcançou um Governo com um advogado. Os únicos mandatos dos velhos pequenos partidos PCdoB e PMN foram alçados por um juiz e por um empresário, respectivamente, enquanto que o novo partido PROS, elegeu um professor universitário. Logo, com exceção do militar do PR e do juiz no PCdoB, os mandatos de Prefeito e Governador destes novos partidos decorreram de um recrutamento muito semelhante desses partidos em relação aos partidos aqui considerados como tradicionais.

Em síntese, não há um padrão incontestado de recrutamento nos mandatos executivos, especialmente decorrente dos 'imprecisos', que imperaram nas biografias dos mandatários dos palácios estaduais e dos paços municipais. Ainda assim, é notável que os empresários foram característica clara do PTB. Pontualmente, dividindo por cargos e observando as profissões progressas aos mandatos, professores universitários nas prefeituras obtidas pelo

PT, servidores públicos de análoga administração pelo PSB, jornalistas que foram governadores pelo PMDB, advogados que por essa última, junto do PSDB chegaram aos governos estaduais, petistas bancários em análoga função e, tucanos que eram engenheiros e economistas antes de serem governadores, mostram pequeno quadro de recrutamento dessas legendas para as disputas majoritárias no Executivo.

Com igualdade aos mandatos de governadores, quase metade dos mandatos conquistados por advogados para o Senado também era do PMDB (23 de 49), mais que o dobro dos democratas e mais que quatro vezes maior que dos tucanos e pedetistas. Não apenas o PMDB predominou no Senado ao longo das duas décadas em estudo, mas também foi o grande responsável por elevar a presença de advogados na Câmara Alta do Congresso.

Para se ter uma ideia do quão importante esse profissional foi para o PMDB, no PDT o número de mandatos conquistados por advogados (4) é muito próximo do número dos obtidos por médicos (3), no relativamente pequeno número de vitórias pedetistas (16). Enquanto isso, no DEM, o número de mandatos de advogados é idêntico ao de engenheiros (9), ao passo que no PSDB são cinco triunfos eleitorais de advogados frente a seis de empresários. Dos 57 mandatos do PMDB para o Senado, os 23 de advogados fazem frente aos 5 de empresários e equivalentes de jornalistas e economistas.

Não que outros partidos não tenham características em seu recrutamento para o Senado: o DEM não apenas se sobressaiu nos êxitos eleitorais dos engenheiros (nove dos 25 mandatos eram de democratas), mas também dos médicos (7 dos 20 mandatos); e no PTB, os empresários destacaram-se tanto quanto nos governos e nas prefeituras (5 dos 12 mandatos petebistas), bem como no PP (4 dos 14 mandatos do partido). Como recentemente pontuado, esses profissionais somaram seis dos mandatos tucanos, ficando na dianteira do partido. Junto do PMDB, o PSDB somou quase a completude dos mandatos de jornalistas na Casa da Federação (5 peemedebistas e 4 tucanos, de um total de 11).

Ambas as legendas, junto do PT, também tinham praticamente todos os economistas que chegaram a Casa. Esse partido, do mesmo modo que esteve sortido em termos de recrutamento de seus quadros eleitos para os governos dos estados, também elegeu engenheiros e médicos para o Senado. Simultaneamente, tinha praticamente todos os mandatos de professores de ensino básico (três de quatro) e quase metade dos de professores universitários (quatro de 10) no Senado, sendo que nessa última, outros três mandatos foram capturados pelo principal rival petista na disputa pelo Planalto, o PSDB.

Foi também o tucanato que atingiu o maior número de mandatos de professores (não especificado o grau) – quatro dos doze, a frente mesmo do PT e do PDT (dois cada). Enquanto isso, os 'outros' partidos dividiram com os tucanos e os democratas o maior número de 'imprecisos', onde mesmo as biografias do Senado se mostravam incompletas

ou inconclusivas quanto às profissões prévias aos mandatos dos senadores. Não obstante, dos 21 mandatos dos pequenos partidos no Senado, quatro eram de empresários, três de engenheiros, dois de pastor (exclusivo dos pequenos partidos) e o mesmo número de professores (inespecífico o grau) e médicos.

Os mandatos de empresários dos pequenos partidos no Senado estavam bem divididos: dois por um novo partido, o PR (donde também advieram os dois mandatos de pastores), e outros dois equitativamente divididos entre velhos partidos (PRTB e PMN). Análogo caso dos engenheiros (distribuídos igualmente entre as novas legendas PRB e PSD, e o tradicional PPS) e médicos (um no antigo partido PSC e outro na nova legenda PSD). As semelhanças entre velhos e novos pequenos partidos se aprofundam no Senado quando observados os mandatos dos professores acima citados, que eram do PPS e do PSOL. Além da atipicidade dos mandatos de pastores do PR, esse partido também fez um mandato com delegado e outro com militar para o Senado, repetindo uma pequena distinção, como a encontrada nessa mesma legenda no recrutamento para as prefeituras.

A fim de dinamizar a análise, para ratificar o diagnóstico apresentado acima, as diplomações dos políticos eleitos serão examinadas por partido, em relação ao total de mandatos, indiferente do poder e da esfera, considerando todas as eleições para Senador, Governador e Prefeito entre 1994 e 2016. Essa análise conjunta promoverá um quadro geral a partir do qual o detalhamento até aqui apresentado será complementado, concluindo o diagnóstico das profissões dos eleitos aqui examinados.

Considerando que o PMDB teve mais de 21% de todos os 561 mandatos eletivos do período, não surpreende que em muitas áreas esse partido domine o grupo de diplomados. Porém, isso também reforça algumas das constatações feitas anteriormente: foi desse partido que surgiu o maior número de bacharéis em Direito e de bacharéis em Jornalismo. Após os peemedebistas, os democratas foram os que mais chegaram a mandatos eletivos portando diplomação em Ciências Jurídicas; desse mesmo partido também surgiram quase todos os graduados em Ciências Sociais e Geologia.

Os tucanos, que como pontuado nos parágrafos anteriores, em diversas profissões se assemelhavam aos peemedebistas, confirmaram essa similaridade também pelo grande volume de bacharéis em Direito, mas principalmente por juntos terem mais da metade dos graduados em Economia. Junto do PT, esses dois partidos também têm maioria absoluta dos políticos que tinham 'diversas' formações, especialmente o PT, que tinha quase um em cada quatro desses políticos que acumularam diplomas em distintas áreas.

Os petistas, que apresentaram a maioria dos professores universitários, e como agora citado, dos de 'diversas' diplomações, também lideraram os quadros de políticos com diploma de ensino médio e de superior incompleto, além de ter dois dos três mandatos de graduados em Arquitetura. As 'diversas' formações também foram características dos

pequenos partidos e dos pessebistas, nesses últimos, representando quase um sexto da formação prévia aos mandatos conquistados pelos políticos do partido. Além dessas, os socialistas tiveram 1/5 dos bacharéis em Economia conquistando seus mandatos pela legenda, bem como mais da metade dos mandatos de oriundos da formação em Farmácia.

Entre os novos partidos, os dois mandatos do PRB vieram de graduados em Engenharia Civil. No PSOL e na REDE, os diplomas foram carimbados como 'diversos' e 'imprecisos'. Os demais novos partidos reforçaram o que foi encontrado nas profissões, de um recrutamento semelhante ao dos partidos tradicionais: o único eleito pelo PROS tinha formação em Economia; no PSD, graduados em Engenharia Civil, Direito, Farmácia, diversas e imprecisas formações. Essas duas últimas características também estiveram presentes nas formações educacionais de partidários do PR, pelo qual também foram eleitos graduados em Direito, e diplomados no ensino médio; diplomas não muito recorrentes entre os diversos políticos que formaram o universo dos eleitos em estudo, figuraram entre os eleitos pelo partido, como Medicina Veterinária, Agronomia (os outros dois mandatos de diplomados na área eram do PPS) e todos os mandatos de formados em Teologia.

As diplomações imprecisas foram tão recorrentes nos velhos pequenos partidos quanto nos novos, havendo um caso no PPS e sendo a situação dos únicos eleitos pelo PSL e PV. Em outros partidos de mandatos únicos, havia um graduado em Economia no PRTB, outro em Direito no PTC e um com superior incompleto no PHS. Três dos cinco mandatos do PCdoB eram de políticos que também não terminaram o ensino superior. Os outros dois eram de graduados em Direito e Farmácia. Figuraram as múltiplas diplomações no PSC e no PMN, havendo também um graduado em Engenharia Civil. O PPS robustece o entendimento de um recrutamento com perfil mais tradicional nos partidos aqui examinados: destacam-se diplomas em Direito, Medicina, 'diversos' e Pedagogia.

Vale pontuar que em áreas com baixa frequência de formação entre os políticos eleitos ao longo do período, como a História, os mandatos conquistados pelos bacharéis do ramo eram bem distribuídos, entre PT, PSB e PSDB. O mesmo ocorre em uma das grandes áreas de formação dos políticos e de recrutamento dos partidos: a Medicina. Nessa área, todos os grandes partidos contavam com pelo menos uma dupla de diplomados, sendo a formação dos políticos que representaram 10% dos mandatos do PP, do PTB e até mesmo do PMDB, assim como 20% dos mandatos do PDT. Dentre os 50 mandatos de bacharéis em Medicina, haviam 8 obtidos por tucanos, 6 auferidos por petistas, 5 e 4 conquistados por democratas e pessebistas, respectivamente.

Os formados nas engenharias compõem o quadro mais curioso das diplomações. Considerando apenas aqueles que declararam diploma em Engenharia – não especificando a subárea, esses conquistaram a maioria dos mandatos pelo PMDB e pelo DEM. Analisando

os diplomados em Engenharia Civil, as diplomações correlacionadas aos partidos reforçam os dados das profissões, já que os mandatos desses advieram do DEM e do PSB, e principalmente do PSDB. Enquanto isso, as demais subáreas das engenharias, como elétrica, mecânica e florestal, foram diplomações de políticos do PP, PDT e PT – o que explica os pequenos números de engenheiros das mais distintas áreas em vários partidos, porém, com o predomínio desses profissionais conquistando mandatos pelo PSDB e pelo DEM.

Em suma, condensando os dados se percebe semelhanças e dissonâncias dos partidos: PMDB, PSDB e DEM têm um recrutamento parecido, com advogados, engenheiros e médicos integrando os seus quadros (nota-se, contudo, que os bacharéis em medicina integraram os quadros dos mais distintos partidos). O que de fato aglutinou tucanos, democratas e peemedebistas, foram os políticos de formação e profissão do jornalismo e os das engenharias. Entre os grandes partidos, o grande diferencial foi como o PT se mostrou diversificado em seu recrutamento, no que se refere as diplomações, mais aberto também a políticos sem diploma de ensino superior, enquanto junto do PSDB, recrutou professores universitários para seus quadros.

Tendo observado o panorama de recrutamento de diplomação e atuação profissional prévias ao mandato, passa-se a formação política desses quadros antes dos mandatos em estudo. As análises sobre carreira política e sobre recrutamento de elites partidárias vêm se desenvolvendo significativamente nas últimas duas décadas na Ciência Política brasileira.

Os políticos serão analisados pela sua experiência em cargos eletivos prévios aos aqui examinados, estando divididos em: 'inexperientes' (nenhum cargo), 'pouco experientes' (0 a 2 cargos eletivos), 'experientes' (3 a 4 mandatos alcançados pelas urnas) e 'muito experientes' (5 ou mais da mesma natureza'). Além disso, os partidos e os postos de Senador, Governador e Prefeito, serão divididos entre políticos que tinham experiência legislativa ou executiva antes do mandato. Logo, um político que foi reeleito para o cargo, automaticamente passa a contar com a experiência.

Identifica-se que os políticos em estudo se caracterizam por possuir carreiras pgressas consolidadas no momento em que conquistam um dos três mandatos examinados. A presença de menos de 10% de inexperientes constitui-se em mais um importante indicador do caráter mais fechado destes postos aos "novatos". Em comparação com o percentual histórico de Deputados Federais em início de carreira (MADEIRA, 2006), conclui-se que o acesso a esses postos é significativamente controlado pelas "raposas", que controlam dois terços dos mandatos em exame.

TABELA 4 – EXPERIÊNCIA DOS POLÍTICOS ELEITOS ENTRE 1994 E 2016 DE ACORDO COM SEUS NÍVEIS DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA AO MANDATO

CARGO	<i>Inexperiente</i>	<i>Pouco Exp.</i>	<i>Experiente</i>	<i>Muito Exp.</i>	TOTAL
Senador	19	56	82	86	243
Governador	10	34	54	64	162
Prefeito	27	39	51	39	156
TOTAL	56	129	187	189	561

FONTE: Senado Federal; CPDOC; Câmara dos Deputados, governos estaduais e prefeituras municipais

Se praticamente 10% dos políticos eleitos para os 561 mandatos ao longo dos 22 anos em estudo eram inexperientes, debutando na política já numa eleição majoritária, esse fenômeno seguiu uma ‘progressão’ da esfera em disputa: enquanto nas prefeituras das capitais, os inexperientes representaram mais de 17% dos 156 mandatos de prefeitos, essa incidência é de menos de 8% nos governos estaduais e no Senado Federal.

Tanto os palácios estaduais quanto o Senado Federal tinham mais de dois terços de seus eleitos com três mandatos ou mais em suas carreiras: mais de 35% dos senadores e quase 40% dos governadores eram ‘muito experientes’. Já nas prefeituras, a experiência não parece ser contínua como nos outros dois cargos em estudo: enquanto no Senado e nos governos se percebe que a ‘progressão’ também foi de nível de experiência – havendo menor nível de ‘pouco experientes’ que de ‘experientes’ e esses em menor número que os ‘muito experientes’, nas prefeituras o quase 1/3 de políticos com três ou quatro mandatos ‘na bagagem’ dividiram espaço com ¼ de políticos ‘pouco experientes’ e análoga proporção de ‘muito experientes’.

Quando se analisam os partidos e as experiências de seus políticos, alguns dados interessantes vêm à tona. Considerando o conjunto de mandatos em análise, o PT foi o único partido cuja maioria dos mandatos de seus partidários foi obtida sem experiência no Executivo antes da conquista dos postos examinados. Até mesmo o conjunto de pequenos partidos tinha a maioria de seus mandatos conquistados por quadros com passagem por mandatos executivos. Legendas como PTB, PDT e PP tinham divisão muito próxima de mandatos com partidários com vitórias para cargos executivos.

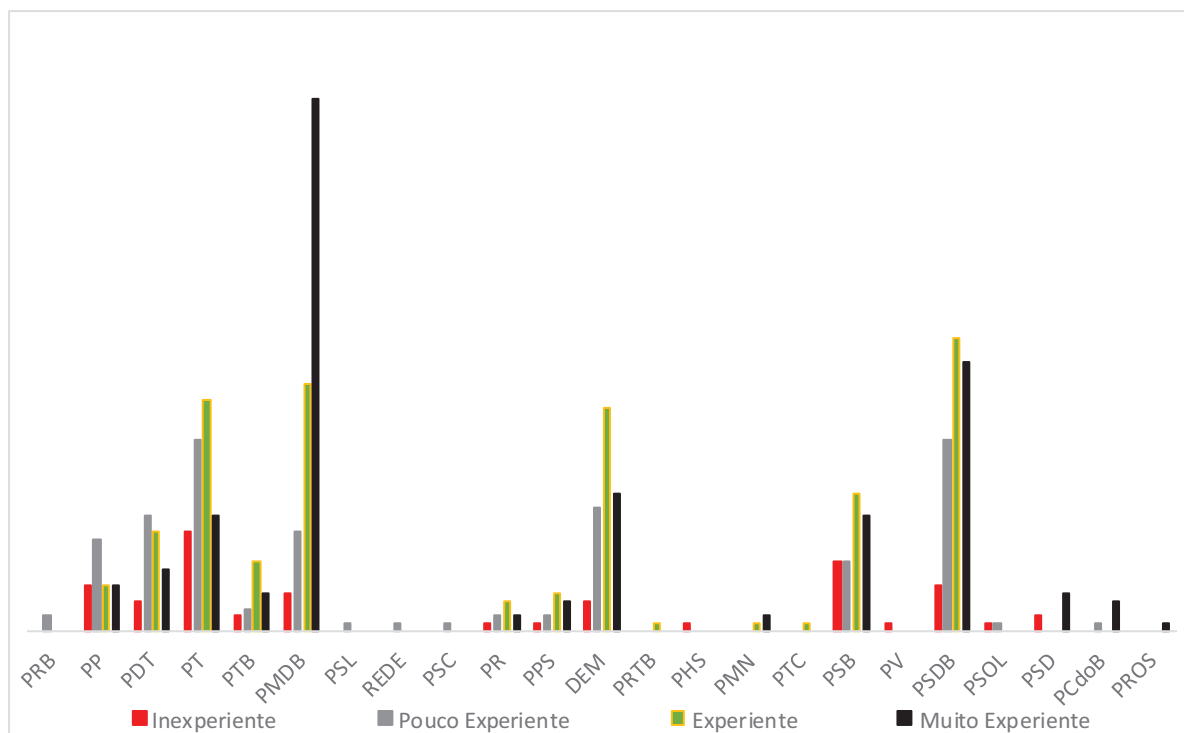
Ainda que legendas como o PRB, PSC, PHS, PTC, PV e PSOL jamais elegeram políticos com anterior passagem pela chefia de Palácio ou Paço de capital, mais uma vez aproximando novos e velhos pequenos partidos, o PR tinha uma divisão quase igual entre mandatos de políticos com carreira no Executivo e os inexperientes nesse; praticamente o mesmo cenário identificado no PPS, onde essa divisão era de 50% para os mandatos da legenda. Cinco dos sete mandatos do PSD eram de políticos com anterior passagem pelo Executivo. PSL, REDE, PRTB e PROS tiveram seus únicos mandatos obtidos por políticos que outrora administraram capital, estado e no caso do PRTB, até mesmo a Presidência da

República¹⁰. Mais um elemento a indicar que as novas legendas não são tão novas assim. Isto é, que elas são povoadas e controladas por lideranças políticas com carreiras prévias à fundação do partido em questão.

Nada comparado a PMDB, DEM e PSDB: nesse trio, a maioria absoluta dos mandatos foi capturada por políticos que passaram pelo Executivo. Destaca-se o PSB, que entre o bom número de governos estaduais e prefeituras, e baixa proporção de Senadores ao longo do período, tinha mais da metade de seus mandatos ocupados por políticos com passagem por postos executivos.

Quando se observa a experiência no Legislativo, absolutamente todos os partidos tiveram mandatos vencidos por políticos com experiência nesse poder: chama atenção o incrível número do PMDB; de seus 119 mandatos de prefeitos, governadores e senadores, 107 foram de políticos com experiência legislativa. Em proporções mais modestas, embora significativas, partidos como DEM, PSDB, PDT, PSB, PT e os 'outros' partidos capturaram de três a quatro vezes mais mandatos com partidários que tinham experiência no Legislativo, em relação aos que não haviam passado por semelhantes postos.

GRÁFICO 2 – NÍVEL DE EXPERIÊNCIA POLÍTICA DOS ELEITOS (POR PARTIDO) ENTRE 1994 E 2016 PARA OS CARGOS DE PREFEITO, GOVERNADOR E SENADOR



FONTE: Senado Federal; CPDOC; Câmara dos Deputados, governos estaduais e prefeituras municipais

¹⁰ Fernando Collor de Mello foi eleito Senador em 2006 pelo PRTB. Antes mesmo de tomar posse no Senado em 2007, transferiu-se para o PTB.

Até mesmo o partido com políticos de menor grau de experiência política, o PRB, teve seus dois mandatos conquistados por figuras com experiência no Legislativo. Os únicos partidos que para os cargos em estudo alçou políticos sem passagem por esse poder foram PSL, REDE, PHS e PV. Todos os outros, muitos de mandatos únicos, elegeram quadros com experiência legislativa, como a totalidade dos eleitos pelos antigos partidos de pequena projeção, PCdoB e PMN.

Provavelmente, essa é a única característica que une praticamente todos os partidos, advindo sobretudo da natureza desse poder, que dispõe de mais cargos que o Executivo, onde diversos políticos assumem mandatos simultaneamente (CENTENO, 2018). Os mandatos do PP e do PTB, foram também em sua maioria alcançados por políticos com experiência legislativa, mas com menor diferença entre os que tinham e não tinham histórico legislativo nas carreiras.

Os mandatos conquistados pelo PMDB com políticos que jamais capturaram vitória nas urnas – ‘nenhum’, eram de ínfimos 2,5% dos 119 mandatos do partido. As semelhanças entre tucanos e peemedebistas voltam a se fazer presentes quando avaliado o volume de inexperientes nos mandatos do partido: o PSDB teve apenas 4,8% de seus mandatos com políticos totalmente inexperientes. Já o DEM registrou um patamar ligeiramente superior – 6%. Surpreende como os pequenos ‘outros’ partidos tinham menor número de mandatos auferidos por inexperientes que os médios partidos e o próprio PT. Esses, tiveram 10% ou mais de suas vitórias com o nome de políticos não experimentados.

Tal número decorre tanto de políticos eleitos pelos velhos quanto os novos pequenos partidos: PRB, PV, REDE e PSOL elegeram apenas políticos ‘pouco experientes’ ou ‘inexperientes’, assim como as antigas legendas de pequeno porte – PSC, PSL e PHS. Na contramão, PCdoB e PPS tinham praticamente todos os seus eleitos como ‘experientes’ ou ‘muito experientes’. Políticos experimentados em mandatos eletivos foram também eleitos pelo PRTB, PTC e PMN. Enquanto que no PR havia alguns casos de políticos sem experiência e com pouca experiência, a maior parte dos eleitos pelo partido para os cargos majoritários pertenciam aos quadros de grande experiência; coube a grande surpresa ao PSD: cinco de seus sete mandatos eram de políticos ‘muito experientes’, caso do único cargo obtido pelo PROS.

Apesar de metade dos pessebistas ter passagem tanto no Executivo, quanto no Legislativo, quase 14% de suas conquistas eleitorais nos cargos em estudo foram através de figuras sem mandatos eletivos. Foi espantoso o caso do PP; o herdeiro direto da Arena alcançou quase 17% dos seus 30 mandatos registrados por políticos inexperientes. Ao mesmo passo que esse fenômeno era de apenas 10% no PDT, sendo que os 36 mandatos restantes do partido foram equitativamente divididos entre políticos com experiência em

ambos os poderes com cargos eletivos e outros que tinham passagem por apenas um dos poderes.

No PT, essa proporção sobe para 12%, com o diferencial que menos de 1/3 dos mandatos petistas era de políticos com vitórias no Executivo e no Legislativo. Assim como os pequenos partidos, o PT recrutou e formou políticos de carreiras políticas diversas, desde estreantes nos mandatos até os 'muito experientes', o que traz uma nova característica ao PT: assim como foi um partido diversificado no *social background*, também foi um partido aberto a políticos inexperientes e experimentados nas disputas majoritárias.

A experiência em ambos os poderes – passagem por cargo no Executivo e mandato Legislativo, reforça a divisão das legendas. Quatro partidos (com exceção dos 'outros') alcançaram mais mandatos com figuras de histórico em ambos os poderes do que com os de vitórias ou no Executivo, ou no Legislativo: PMDB, PSDB DEM e PSB. Mas, novamente, o PMDB se destaca com números assombrosos de experiência política de seus integrantes: 81 dos 119 mandatos peemedebistas eram de políticos com carreiras marcadas por 'ambos' os poderes, enquanto que PSDB, DEM e o já citado caso do PSB, tinham divisões de ligeira vantagem entre esses políticos experimentados em ambos os poderes e os que só tinham carreira ou no Executivo, ou no Legislativo.

Aqui a diferença dos pequenos partidos – novos e velhos – se aprofunda em relação aos grandes e médios partidos. Retirados PSD e PROS: dos já citados cinco dos sete mandatos de partidários do PSD, essa meia dezena era de políticos com experiência em 'ambos' os poderes, caso análogo do também já referido único mandato do PROS. PPS e PCdoB precederam o PSD nesse conjunto de partidos que elegeram políticos pertencentes ao rol dos altamente experientes, tendo passado por 'ambos' os poderes que contam com cargos eletivos.

Todos os demais novos partidos tiveram mandatos alcançados por políticos que não atingiram esse maior grau de experimentação política. Não que isso se reserve apenas as novas legendas de pequeno porte. Antigos nanicos como PSL, PSC e PTC, que recentemente foram apontados como partidos com quadros relativamente experientes, também não auferiram tamanho nível de magnitude política. Até mesmo o PR, que até aqui se mostrou um partido com bom nível de experimento político, só teve um de seus oito mandatos com político de carreira marcada por Legislativo e Executivo.

PTB, PMDB, PSDB, DEM, PSB, PR, PPS, PC do B e PSD são os partidos com contingentes muito mais experientes que a média dos demais partidos. É digno de nota que PMDB e PTB, PSD e PR estão entre as legendas mais fechadas aos inexperientes. Em tais legendas, os cargos em questão constituem-se em território de caça das raposas. Não importa se a filiação é recente. Tem que ter carreira pregressa! Se os experientes controlam os cargos por que disputam tais cargos entre si, ou por que vencem inexperientes nas

disputas eleitorais, somente uma análise das candidaturas derrotadas em cada pleito poderia esclarecer. Tal análise foge ao escopo deste artigo e fica como sugestão para trabalhos futuros.

Por outro lado, o grupo dos partidos com maior peso dos inexperientes dentre os eleitos também é significativamente heterogêneo no que tange a tamanho, posicionamento ideológico e estrutura organizativa. Das principais características levadas aqui em consideração, a única que engloba PP, PDT e PT, é o fato dos três serem considerados como tradicionais.

Qualquer tentativa de se traçar um perfil dos demais partidos é temerária dada a frequência residual dos mesmos dentre os eleitos em questão. Por fim, a partir dos dados acima, se refuta, neste artigo, a hipótese de que os novos partidos sejam utilizados como catapultas para que novas lideranças galguem alguns dos principais postos eletivos da democracia brasileira. A julgar pelo (ainda incipiente) perfil dos eleitos, as novas legendas ampliaram o leque de opções para que lideranças políticas já consolidadas procurem o acesso aos postos em tela. Neste sentido, está-se diante da reprodução de fenômeno recorrente no atual período democrático brasileiro: a confluência entre novas legendas e velhas lideranças políticas¹¹. Independentemente de partido, estado, etc., dentre os postos em questão, a prefeitura das capitais é o portão de entrada dos inexperientes e os governos estaduais o posto mais fechado aos mesmos.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como principal propósito mensurar o impacto do crescente número de partidos na disputa aos governos estaduais, de capitais e ao Senado Federal. Dados evidenciam que a alta fragmentação da representação partidária verificada na Câmara dos Deputados não se reproduz nestes postos eletivos. A fundação de novas legendas não teve impacto (pelo menos ainda) na conquista dos postos em questão. Tais postos ainda são “cadeira cativa” dos partidos tradicionais. Identificou-se também que a criação de novas legendas não trouxe consigo uma alteração no perfil ocupacional e político dos governantes eleitos por estas legendas.

Na comparação entre os cargos examinados, prefeitura de capital constitui-se no cargo menos fechado aos novos partidos e a lideranças menos experimentadas na política (embora mesmo este grupo seja caracterizado por possuir larga experiência prévia à conquista dos seus respectivos cargos). Senado e governo estadual, por outro lado, são o reino dos experientes. Chama a atenção aqui o perfil dos eleitos pelo (então) PMDB. Neste

¹¹ Sobre o tratamento deste fenômeno nas primeiras duas décadas que marcam a reestruturação do multipartidarismo brasileiro (“vinhos antigos em novas garrafas”), ver Madeira (2006).

partido (que é extremamente pragmático), lideranças não experimentadas não têm vez na disputa pela candidatura aos postos analisados.

Mesmo nos “novos” partidos, o perfil dos eleitos é o de políticos com liderança consolidada e com ocupação e titulação semelhantes as grandes legendas. Essas últimas, mantiveram razoáveis discernimentos entre si em termos de recrutamento, ao mesmo passo que as profissões e diplomações tradicionais se mostraram presentes nas legendas dos mais distintos espectros ideológicos. No que se refuta a hipótese inicial de um possível *social background* distinto entre os eleitos pelas novas legendas, nota-se sobretudo que o pequeno espaço que as grandes agremiações ‘abrem’ as pequenas legendas, decorre também de um crescimento nas vitórias dos pequenos velhos partidos em simultâneo com os novos.

REFERÊNCIAS

- BORGES, André. **Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão**. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 651-688, set. 2015. Acesso em: 20 maio 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201555>.
- CENTENO, Alison Ribeiro. **Os maestros da elite: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006**. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8046>
- COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. **Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010)**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 14, p. 227-253, maio/ago. 2014. Acesso em: 16 set. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3458>
- COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. **Profissionalização ou popularização da classe política brasileira?** Um perfil dos senadores da República. Textos para discussão, Curitiba, n. 2, p. 1-28, abr. 2012. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2598
- CODATO, Adriano. HEINZ, Flávio. A prosopografia aplicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano Nervo (Ed.). Como estudar elites. Editora UFPR, 2015.
- MADEIRA, Rafael. **Vinhos Antigos em Novas Garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. Tese. Program de pós-Graduação em Ciência Política – UFRGS, 2006.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse. Acesso em: 26 maio 2017.